

LEI MUNICIPAL Nº 379/2023.

Jucás-CE, 19 de junho de 2023.

ESTABELECE A LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, NA FORMA QUE INDICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUCÁS, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e na Constituição Federal, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município de Jucás, Estado do Ceará, para o exercício financeiro de 2024, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, art. 4º da Lei Complementar Federal nº.101, de 04 de maio de 2000, da Lei Orgânica do Município, e a Portaria nº. 1.447/2022 da Secretaria do Tesouro Nacional, que aprova a 13ª. edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, será elaborado e executado observando as diretrizes gerais estabelecidas nos termos desta Lei, compreendendo:

- I** - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II** - as metas e riscos fiscais;
- III** - a estrutura e organização dos orçamentos;
- IV** - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos, e suas alterações;
- V** - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- VI** - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII** - as disposições sobre alterações na Legislação Tributária; e
- VIII** - Disposições Gerais.

Art. 2º A Lei Orçamentária Anual - LOA abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta, constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 3º As prioridades da administração municipal, definidas no Plano Plurianual - PPA 2022 a 2025, estão pautadas em seus Eixos temáticos Estratégicos.

Art. 4º As prioridades e metas para o exercício de 2024, estão especificadas no Anexo I - Prioridades e Metas, sendo estas, estabelecidas por Programas, Ações (projetos ou atividades), Metas Físicas e Metas Financeiras, ordenadas por órgão e unidade executoras.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária Anual - LOA para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual - PPA, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração das propostas orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, os poderes Legislativo e Executivo poderão aumentar ou diminuir suas metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de, compatibilizarem as despesas orçadas às receitas estimadas, de forma a preservarem o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DAS METAS E RISCOS FISCAIS

Art. 5º Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº.101, de 4 de maio de 2000, os riscos fiscais, as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública, bem como suas respectivas metodologias e memória de cálculo para o exercício de 2024, são especificadas nos Demonstrativos I a VIII conforme portaria n. 1.447/2022 - STN, e nos anexos de metas fiscais, constituindo-se dos seguintes:

I - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

- a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

II - DEMONSTRATIVOS DE METAS FISCAIS

- a) Metas Anuais;
- b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- d) Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS; (NÃO SE APLICA)
- g) Estimativa e compensação da Renúncia de Receita;
- h) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

III - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

- a) Metas Anuais: total das Receitas e das Despesas;
- b) Resultado Primário
- c) Resultado Nominal;

- d) Montante da Dívida Municipal;
- e) Montante da Dívida RPPS; (NÃO SE APLICA)
- f) Relação das ações prioritárias.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados de forma consolidado e constituirá nas Metas Fiscais do Município.

Seção I

Das Metas Anuais

Art. 6º Em cumprimento ao § 1º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o anexo de Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o exercício em referência e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº. 1.447, de 14 de junho de 2022 - STN.

§ 2º Os valores da coluna "% PIB" serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por cem.

§ 3º As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas.

§ 4º Na hipótese prevista pelo § 3º, o demonstrativo X de que trata o Caput deverá ser encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual.

§ 5º Durante o exercício de 2024, a meta resultado primário prevista no demonstrativo I, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 6º Para os fins do disposto no § 5º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 7º Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparados com as metas ajustadas.



Seção II
Da Avaliação do Cumprimento das Metas
Fiscais do Exercício Anterior

Art. 7º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o anexo de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Seção III

Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Art. 8º De acordo com o § 2º, inciso II, do Art. 4º da LRF, o anexo de Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no anexo de Metas Anuais.

Seção IV

Da Evolução do Patrimônio Líquido

Art. 9º Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o anexo de Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção V

Da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos Com a Alienação de Ativos

Art. 10. O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

Parágrafo único. O anexo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

Seção VI

Da Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio da Previdência dos Servidores Públicos

Art. 11. Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Demonstrativo VI, de que trata da avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio não se aplica ao município de Jucás pois o município é vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – INSS.

Seção VII

Da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

Art. 12. Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam ao tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Seção VIII

Da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 13. O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O anexo da Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

Seção IX

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais das Receitas e Despesas

Art. 14. O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o anexo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº. 1.447, de 14 de junho de 2022 - STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

Seção X

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Primário

Art. 15. A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas de contabilidade pública.

Seção XI

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal

Art. 16. O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

Seção XII

Da Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais do Montante da Dívida Pública

Art. 17. Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 18. A Lei Orçamentária Anual para 2024 compreenderá o Orçamento Fiscal e o Orçamento da Seguridade Social.

Art. 19. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus órgãos e fundos, instituídos e mantidos pela Administração Municipal, e serão dispostos em Órgãos e Unidades Orçamentárias conforme Estrutura Orçamentária em vigor.

Art. 20. Para efeito desta Lei, entende-se por:

Programas, principais instrumentos de programação que o governo municipal utiliza para promover a integração entre os entes e setores, a fim de concretizar políticas públicas e otimizar seus recursos, sejam eles financeiros, humanos, logísticos ou materiais, sendo estes mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual. Os programas podem ser divididos em Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços, e Programas Especiais.

I - Programas Temáticos, são aqueles que retratam os objetivos mais amplos das políticas públicas, definidos em temas específicos, decorrentes de eixos de dimensão estratégica de planejamento;

II - Programas de Gestão, manutenção e serviços, representam os gastos necessários para o funcionamento do Município: servidores, prédios, veículos, serviços de telefonia, limpeza, etc;

III - Programas Especiais, contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo municipal, das quais não resultam em produto e não gera contraprestação direta sob forma de bens ou serviços;

IV - Ações, um conjunto de operações dos quais resultam em um ou mais produtos destinados a solucionar problemas e/ou criar/fomentar oportunidades decorrentes de um programa. As ações podem ser divididas em Ações-projetos ou Ações-atividades;

V - Ação-Projeto, um conjunto de operações dos quais resultam em um ou mais produtos destinados a solucionar problemas e/ou criar/fomentar oportunidades decorrentes de um programa, sendo sua execução limitada no tempo;

VI - Ação-atividade, um conjunto de operações dos quais resultam em um ou mais produtos destinados a solucionar problemas e/ou criar/fomentar oportunidades decorrentes de um programa, sendo estas realizadas de modo contínuo e permanente;

VII - Órgão Orçamentário, o maior nível da classificação institucional;

VIII - Unidade Orçamentária, um nível da classificação institucional agrupada em órgãos;

IX - Produto, resultado de uma ação;

X - Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesas da administração pública municipal;

XI - Subfunção, desdobramento da função que agrega determinado subconjunto de despesas.

Art. 21. A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Orçamentárias Gestoras, especificando os vínculos a Fundos, autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas às despesas por órgão, unidade, função, subfunção, programa, ações (projeto ou atividade ou operações especiais), categoria da despesa, grupo de despesa, modalidade de aplicação e fonte de recurso.

Art. 22. Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão ainda, as despesas quanto a sua natureza, categoria econômica e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42, de 14 de abril de 1999 e 163, 04 de maio de 2001 e alterações posteriores, as quais deverão estar juntadas os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades, ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada ação (projeto ou atividade ou operação especial), identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria n. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º Cada ação (projeto ou atividade ou operação especial) poderá participar de apenas um programa, porém, o programa poderá conter ações de mais de uma unidade orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23. O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, conforme Art. 1º, § 1º, Art. 4º, inciso I, alínea "a" e Art. 48 da LRF.

Art. 24. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios, e a projeção para os dois seguintes, em conformidade com o Art. 12 da LRF.

§ 1º. Até trinta dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Poder Legislativo os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, conforme § 3º, Art. 12 da LRF.

§ 2º. Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo estabelecida, considerar-se-á a receita arrecadada até 30 de junho de 2023 acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 25. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observadas às fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo,

conforme Art. 9º da LRF:

- I - ações (projetos ou atividades) vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

§ 1º. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

§ 2º. Não serão objeto de limitação de empenho:

- I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;
- II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;
- III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
- IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens.

§ 3º. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 4º. Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 26. As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 5% (cinco por cento), tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2023, de acordo com o § 2º, Art. 4º da LRF, conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 27. Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei, em conformidade com o § 3º, Art. 4º da LRF.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2023.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 28. O Orçamento para o exercício de 2024 destinará recursos para a Reserva de Contingência, até cinco por cento das Receitas Correntes Líquidas previstas, conforme inciso III, Art. 5º da LRF.

§ 1º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares, conforme disposto na Portaria MPO nº 42, de 14 de abril de 1999, art. 5º, e Portaria STN nº 163, de 04 de maio de 2001, Art. 8º c/c o inciso III, Art. 5º da LRF.

§ 2º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 1º de dezembro de 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29. No orçamento de 2024 a abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações dos orçamentos contidos na Lei Orçamentária de até 70% do total da despesa fixada na LOA, utilizando como fontes de recursos as prescrições constitucionais e no art. 43 da Lei n.º 4.320/64.

Parágrafo único - No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2024, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Prefeito Municipal.

Art. 30. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de abril de 2024.

Art. 31. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 32. As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art. 33. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o Art.16 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

Art. 34. A transferência de recursos do Tesouro Municipal para entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal, incluindo-se aquelas que visem à geração de emprego e renda, desenvolvimento econômico e fomento à manutenção e a criação de novos postos de trabalho.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de trinta dias, contados do recebimento do recurso, ou ao final do convênio se não fixado outros prazos e condições no instrumento de pactuação, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal, conforme Parágrafo único, Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 35. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 36. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Art. 37. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual - LOA se contemplados no Plano Plurianual - PPA, de acordo com o § 5º, Art. 5º da LRF.

Art. 38. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual - LOA, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso, de acordo com o disposto no Art. 8º da LRF.

Art. 39. As ações (projetos e atividades) priorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido, conforme Parágrafo único, Art. 8º e inciso I, Art. 50 da LRF.

Art. 40. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita, em conformidade com o inciso V, § 2º, Art. 4º e inciso I, Art. 14 da LRF.

Art. 41. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o Art. 16, incisos I e II da LRF, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, Art. 16 da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso I do Art. 24 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado, conforme § 3º, Art. 16 da LRF.

Art. 42. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito, de acordo com Art. 45 da LRF.

Art. 43. Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária, conforme Art. 62 da LRF.

Art. 44. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício financeiro de 2024 a preços correntes.

Art. 45. A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada ação (projeto, atividade ou operações especiais), a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº. 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 46. Durante a execução orçamentária do exercício financeiro de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024, de acordo com o inciso I, Art. 167 da Constituição Federal.

Art. 47. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no § 3º, Art. 50 da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício, de acordo com a alínea “e”, do inciso I, do Art. 4º da LRF.

Art. 48. Os programas prioritizados por esta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e contemplados no Plano Plurianual - PPA, que integrarem a Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024, serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas, de acordo com a alínea “e”, do inciso I, do Art. 4º da LRF.

Art. 49. A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo único, inciso I, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964 conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 50. A Lei Orçamentária Anual - LOA de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento.

Art. 51. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica, conforme Parágrafo único, Art. 32 da LRF.

Art. 52. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira, de acordo com o inciso II, § 1º, Art. 31 da LRF.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS
COM PESSOAL

Art. 53. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF, e II, § 1º, Art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício financeiro de 2024.

Art. 54. A despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida respectivamente os limites de seis por cento para o Poder Legislativo e de cinquenta e quatro por cento para o Poder Executivo, conforme dispõe as alíneas “a” e “b”, do inciso III, do Art. 20 da LRF.

Art. 55. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a noventa e cinco por cento do limite estabelecido na alínea “b”, do inciso III, do Art. 20 da LRF, em conformidade com o inciso V, parágrafo único, Art. 22 da LRF.

§ 1º Excedendo a noventa e cinco por cento do limite estabelecido na alínea “b”, do inciso III do Art. 20 da LRF, a que se refere o *caput* deste artigo, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras, com respectivo pagamento, mediante prévia justificativa e expressa autorização da autoridade competente, para os servidores das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Segurança e de serviços funerários, atendidos ainda o excepcional interesse público e quando a não realização do serviço extraordinário acarretar prejuízos à prestação de serviços ofertados a população e não for possível a respectiva compensação das horas extraordinárias realizadas.

§ 2º Excedendo a noventa e cinco por cento do limite estabelecido na alínea “b”, do inciso III, do Art. 20 da LRF, a que se refere o *caput* deste artigo, e excetuando-se os casos previstos no § 1º deste artigo, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras, mediante prévia justificativa e expressa autorização da autoridade competente, com respectiva compensação das horas extraordinárias realizadas, acrescida dos adicionais previstos no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jucás, observando o excepcional interesse público e quando a não realização do serviço extraordinário acarretar prejuízos à prestação de serviços ofertados a população ou aos serviços internos das diversas Unidades Administrativas do Município.

Art. 56. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal adotarão as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos Arts. 19 e 20 da LRF:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis;

III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 57. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o § 1º, Art. 18 da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 58. O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser

considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes, conforme art. 14 da LRF.

Art. 59. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, de acordo com o inciso II, § 3º, Art. 14 da LRF.

Art. 60. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, de acordo § 2º, Art. 14 da LRF.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária ao Poder Legislativo no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º O Poder Legislativo não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual de 2024, não for encaminhado à sanção até 31 de dezembro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária vigente no exercício atualizado monetariamente, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 62 - Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações ao projeto de lei

orçamentária enquanto não estiver concluída a votação pelas comissões do legislativo.

Art. 63 - As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022- 2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

Art. 64 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 65 - Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2024, fixação para o custeio de despesas com cartório, concessão de refeições e doações, bem como às referentes a patrocínios.

§ 1º- As refeições e lanches, quando necessários-inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 2º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 66 – Os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder os devidos reajustes nos contratos de natureza continuada pelo INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo ou pelo índice previsto na Avença, de acordo com as normas pertinentes à matéria.

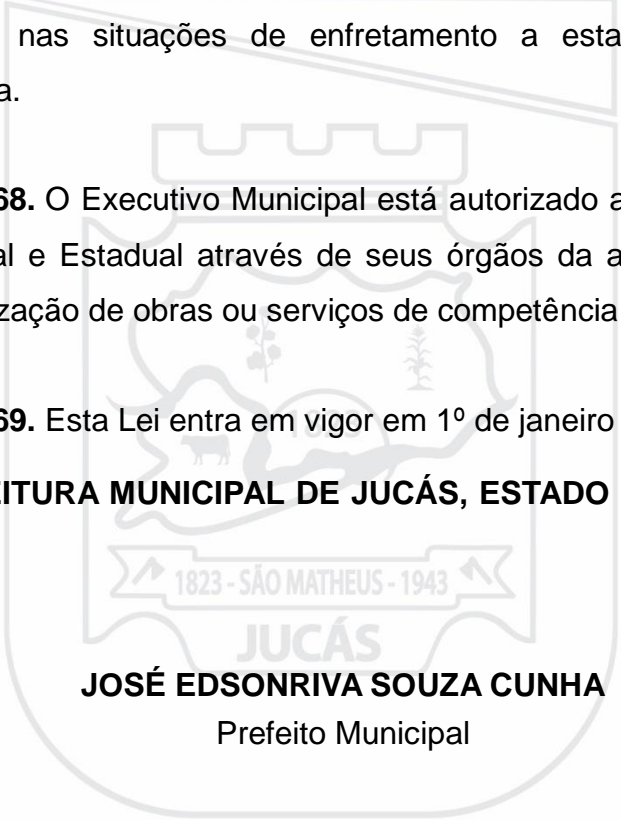
Art. 67 – Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, mediante lei específica, programas de assistência social, visando atender prioritariamente os seguintes objetivos:

Parágrafo Único - Ampliação da política de assistência social por meio do Sistema de Único de Assistência Social (SUAS), dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para as famílias em estado de vulnerabilidade e nas situações de enfrentamento a estado de emergência e calamidade pública.

Art. 68. O Executivo Municipal está autorizado a firmar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 69. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2024.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS, ESTADO DO CEARÁ, em 19 de junho de 2023.



JOSÉ EDSONRIVA SOUZA CUNHA
Prefeito Municipal

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Pelo presente venho publicar a **LEI MUNICIPAL Nº 379/2023** que **ESTABELECE A LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024, NA FORMA QUE INDICA**, através de afixação em **FLANELÓGRAFO** na sede desta Prefeitura Municipal de Jucás-CE em **19/06/2023**, para os seus efeitos legais, nos termos da legislação vigente, tendo em vista ausência de diário oficial neste Município.

CIENTIFIQUE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCÁS, ESTADO DO CEARÁ, em 19 de junho de 2023.



JOSE EDSONRIVA SOUZA CUNHA
Prefeito Municipal

ANEXO AÇÕES PRIORITÁRIAS - LDO 2024

CÂMARA MUNICIPAL DE JUCÁS

- ✓ Construção, Ampliação e Reforma do Prédio do Legislativo Municipal
- ✓ Desenvolvimento e Manutenção das Atividades do Legislativo
- ✓ Manutenção de Convênios com Instituições Públicas e Privadas

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

- ✓ Ações de Cooperação Técnica e Finan. C/ Entes Públicos e Privados
- ✓ Construção do Prédio + Cidadão
- ✓ Divulgação e Promoção do Município e das Ações Governamentais
- ✓ Elaboração e Implantação do Programa "Empreenda Mais Jucás"
- ✓ Festividades de Emancipação Política
- ✓ Fortalecimento, Manutenção e Ampliação da Guarda Municipal
- ✓ Gestão e Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Governo
- ✓ Implantação de Cidade Digital
- ✓ Implementar Monitoramento de Câmeras em Locais Estratégicos no Município
- ✓ Manutenção do Centro Administrativo
- ✓ Manutenção das Atividades do Programa "Mais Cidadão"
- ✓ Manutenção do Centro Administrativo Cândido Lavor
- ✓ Publicidade dos Atos Oficiais e Legais
- ✓ Realização de Eventos Institucionais
- ✓ Viabil. a Melhoria das Condições Físicas e Estrutur. dos Equipa. de Seg. Pública

SEC. MUNIC.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

- ✓ Ações de Planejamento Governamental
- ✓ Amortização da Dívida Contratada
- ✓ Ampliação da Infraestrutura de Acesso a Tecnologia da Informação e Comunicação
- ✓ Aperfeiçoamento do Plano de Cargos e Carreiras
- ✓ Aprimoramento do Setor Tributário



- ✓ Aquisição, Implantação e Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Tributária
- ✓ Contribuições para a Formação do Pasesp
- ✓ Encargos Sociais
- ✓ Formação e Qualificação Profissional de Servidores
- ✓ Gestão e Manutenção das Ativ. da Sec. de Administração e Finanças
- ✓ Implantação de Ações de Recuperação de Créditos Tributários
- ✓ Manutenção das Atividades do Setor de Tributos
- ✓ Manutenção e Atualização da Planta Imobiliária
- ✓ Realização de Seleções e Concursos Públicos
- ✓ Reserva de Contingência
- ✓ Sentenças Judiciais

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

- ✓ Aquisição de Ambulâncias e Veículos
- ✓ Aquisição de Equipamentos Hospitalares
- ✓ Aquisição de Equipamentos para as Unidades Básicas de Saúde
- ✓ Aquisição de uma Uti Móvel para Melhoria da Assistência em Saúde
- ✓ Aquisição e Distribuição de Medicamentos
- ✓ Atendimento a Pessoas Reconhecidamente Carentes
- ✓ Capacitação para Profissionais de Saúde
- ✓ Const. Ampl. Ref. e Instal. Postos e Pontos de Apoio de Atenção Básica de Saúde
- ✓ Construção e Implantação do Centro de Zoonoses
- ✓ Construção e Implantação do Laboratório Municipal
- ✓ Construção, Reforma e/ou Ampliação da Secretaria Municipal de Saúde
- ✓ Criação do Centro de Referên. a Saúde da Mulher com os Serviços Especializados
- ✓ Enfrentamento da Emergência na Prevenção e Combate ao Coronavírus —Covid—19
- ✓ Func. do Conselho Municipal de Saúde
- ✓ Gestão e Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Saúde
- ✓ Implantação da Policlínica Municipal de Jucás
- ✓ Implantação do Programa de Saúde do Homem



- ✓ Incentivo de Custeio do Programa "Mais Médicos" para o Brasil
- ✓ Incentivo Financeiro aos Agentes de Combates a Endemias
- ✓ Manutenção e Ampliação do Programa "Mais Saúde"
- ✓ Manut. das Atividades da Média e Alta Complexibilidade Amb. e Hospitalar
- ✓ Manut. dos Serv. de Vigilância em Saúde (Sanitária, Epidemiológica e Ambiental)
- ✓ Manutenção da Assistência Farmacêutica
- ✓ Manutenção da Casa de Apoio
- ✓ Manutenção da Participação do Município no Consórcio Público de Saúde
- ✓ Manutenção das Atividades do Centro de Atenção Psicossocial - Caps
- ✓ Manutenção das Atividades do Laboratório Municipal
- ✓ Manutenção das Unidades Básicas de Saúde do Município
- ✓ Manutenção de Ouvidoria do Sus
- ✓ Manutenção do Programa de Agentes Comunitários - Acs
- ✓ Manutenção do Programa Saúde na Escola – Pse
- ✓ Manutenção do Transporte da Atenção Básica
- ✓ Manutenção dos Serviços de Fisioterapia
- ✓ Manutenção e Ampliação das Atividades do Programa de Saúde Bucal - Sb
- ✓ Manutenção e Ampliação das Atividades do Programa Saúde da Família -Psf
- ✓ Programa Brasil Sorridente
- ✓ Promover a Informatização dos Serviços de Saúde - Informatiza Sus
- ✓ Realização de Camp. Public. Palestras Educa. Pesqui. e Prod. de Informativos
- ✓ Reforma do Posto de Coleta de Exames
- ✓ Reforma e Ampliação do Hospital Municipal

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ✓ Ações de Formação e Qualificação Profissional
- ✓ Amp. as Ações da Polít. de Prote. Social Básica e Espec. Volt. para as Mulheres
- ✓ Ampliação e Manutenção do Programa "Conta Paga"
- ✓ Apoio ao Atendi. a Famílias Vulnerabilizadas em Situação Emergen. e de Risco
- ✓ Aprimorar as Redes de Proteção Socioassistenciais - Cras e Creas



- ✓ Capacitação em Educação Alimentar e Nutricional
- ✓ Construção do Centro de Referência da Assistência Social — Cras
- ✓ Construção do Centro de Referência Espec. da Assistência Social - Creas
- ✓ Construir o Centro de Referência do Idoso
- ✓ Contratação de Profissionais Habilitados em Libras e Braile
- ✓ Distribuição de Materiais Diversos
- ✓ Fortalecer e Ampliar aos Distritos as Ações do Centro de Atendi. "Mais Cidadão"
- ✓ Fortalecimento do Controle Social: Conselhos Setoriais, Fóruns e Org. Sociais
- ✓ Fortalecimento e Expandir de Promoção da Igualdade Racial, Lgbtqia+, Gênero
- ✓ Funcionamento do Conselho Tutelar
- ✓ Gestão e Manutenção do Transporte Social
- ✓ Gestão e Manutenção dos Serviços Admin. da Secretaria de Assistência Social
- ✓ Implantar o Programa Empreenda Fácil
- ✓ Manut. e Fortal. de Ações de Coop. Téc. e Financ. com Entes Públi. e Privados
- ✓ Manuten. e Funciona. do Centro de Referência Espec. da Assistên. Social - Creas
- ✓ Manutenção e Ampliação do Programa Ônibus Social
- ✓ Programa de Prevenção a Violência e Combate as Drogas no Município
- ✓ Promoção de Serviços, Programas e Projetos Voltados para a Pessoa Idosa
- ✓ Realização de Conferências Municipais
- ✓ Realização da “Semana do Brincar”

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ✓ Ações Estratégicas do Programa BPC na Escola
- ✓ Promoção e Defesa das Políticas Públicas da Pessoa Deficiência
- ✓ Ampliação e Fortaleci. do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
- ✓ Aquis. de Equip. de T.I., Veíc. e Mate. Perma. para Gest. do Progr. Bolsa Fam.
- ✓ Bloco de Serviço de Proteção Social Básica — PSB
- ✓ Descentralização dos Postos de Atendimento do Cadastro Único
- ✓ Desenv. e Manter Plano de Capac. e Educação Permanente para os Trab. do Suas
- ✓ Forta. do Serv. de Proteção e Atendi. Especial a Família e Indivíduos (PAEFI)



- ✓ Fortalecimento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF)
- ✓ Gestão das Ações Estratég. do Progr. de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI
- ✓ Gestão dos Serv. de Proteção Social Especial. de Média e Alta Complexidade
- ✓ Implan. Centro de Ref. P/ Mulheres Vítimas de Viol. Dom. e/ou de Vuln. Social
- ✓ Man. e Funci. da Gestão do Progr. de Acesso ao Mundo do Trab. - ACESSUAS
- ✓ Manutenção das Ações com Recurso IGD – SUAS
- ✓ Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social
- ✓ Manutenção do Cadastro Único e do Bolsa Família— IGD/PBF
- ✓ Manutenção e Fortalecimento da Gestão de Benefícios Eventuais
- ✓ Manutenção e Funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social
- ✓ Moder. e Infor. da Gest. do Suas, Apri. Serviços e Prog. e a Vig. Social
- ✓ Programa Primeira Infância no SUAS
- ✓ Promoção de Servi., Prog. e Projetos Voltados para a Pessoa com Deficiência

FUNDO MUNIC. DOS DIR. DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTE

- ✓ Adesão ao Plano de Regional. da Política de Acolhim. de Crianças e Adolescentes
- ✓ Fortalecimento das Entidades da Sociedade Civil
- ✓ Implantar um Abrigo Institu. para Crianças e Adolesc. na Modalidade Casa Lar
- ✓ Manutenção e Fortalecimento da Política de Criança e Adolescente
- ✓ Manut. do Projeto Criança e Adolescentes Integrados p/Desenvolvimento: Viver, Crescer e Vencer
- ✓ Manut. do Projeto O Som do Coração: O Ritmo Que Encanta e Canta Nossa História

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ Adequação das Escolas com Vista a Promoção da Acessibilidade
- ✓ Ampliação e Manut. da Educação Integral Através de Escolas em Tempo Integral
- ✓ Ampliação e Manutenção do Transporte Escolar
- ✓ Ampliação e Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Infantil
- ✓ Apoio À Bibli. Pública Muni. Em Parceria com a Secretaria de Cultura e Turismo
- ✓ Apoio as Ações de Desenvolvimento do Ensino Médio e Ensino Profissionalizante
- ✓ Aqui. de Mate. Did. Peda. para as Unid. de Ensi. da Educ. Infan. e Ens. Fundam.



- ✓ Aquisi. de Livros, Mate. Escol.e Farda. para os Alunos da Rede Muni. de Ensino
- ✓ Aquisição de Carteiras Escolares, Equipa. e Mobili. para as Escolas Municipais
- ✓ Aquisição de Equipa. Tec. Mobiliários para o Cons. Municipal de Educação
- ✓ Aquisição de Equipamentos Tecnológicos para as Unidades Escolares
- ✓ Aquisição de Ônibus do Caminho da Escola
- ✓ Aquisição de Veículos para o Acompanhamento Escolar
- ✓ Aquisição e Desapropriação de Imóveis de Interesse Público
- ✓ Capacitação e Formação Continuada de Professores e Profissionais da Educação
- ✓ Concessão de Bolsas de Estudos Educação Profissional
- ✓ Concessão de Bolsas de Estudos para Alunos da Educação Profissional
- ✓ Constru., Ampli., Refor. e Adequa. dos Espaços Físicos das Escolas da Rede Muni.
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Esportivas das Unidades Escolares
- ✓ Contratação de Servi. de Mídias Téc. para Auxiliar Nas Aulas dos Professores
- ✓ Desen. de Ações e Estra. para o Enfr. da Distor. Idade-Série e Correção de Fluxo
- ✓ Desenvolvimento do Ensino Fundamental — FME
- ✓ Enfrentamento da Emergência na Prevenção e Combate ao Coronavírus —Covid—19
- ✓ Execução do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD
- ✓ Fortalecimento dos Conselhos, Comitês e Grêmios Escolares
- ✓ Garantir o Apoio e o Transporte Escolar do Ensino Superior
- ✓ Garantir o Desenvolvimento das Ações do Plano Municipal de Educação - PME
- ✓ Gestão e Manutenção da Secretaria de Educação
- ✓ Impl. e Manut. de Equi. Multidis. para Aten. a Dem. de Aten. Edu. Espec. (AEE).
- ✓ Implantação de Laboratórios Multidisciplinares nas Escolas
- ✓ Implantação de Novas Bibliotecas Municipais e Biblioteca Intinerante
- ✓ Implantação do Centro Municipal de Idiomas
- ✓ Incentivar à Leitura na Comunidade Escolar de Forma Prazerosa
- ✓ Manut. do Prog. Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- ✓ Manut. do Prog. Nacional de Alimentação Escolar — Fundamental
- ✓ Manut. do Prog. Nacional de Alimentação Escolar Ensino Especial— EE
- ✓ Manut. do Progr. Nacional de Merenda Escolar - Creches
- ✓ Manut. do Progr. Nacional de Merenda Escolar - Pré—Escola



- ✓ Manut. Prog. Nacional de Merenda Escolar Jovens e Adultos
- ✓ Manutenção do Almojarifado da Alimentação Escolar - Central de Distribuição
- ✓ Manutenção do Centro de Educação Infantil - CEI
- ✓ Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE.
- ✓ Manutenção e Execução do Programa Educa Mais Jucás
- ✓ Manutenção e Funcionamento do Conselho Municipal de Educação
- ✓ Operacionalização das Ações do MAIS PAIC
- ✓ Programa Banda Larga nas Escolas - PBLE
- ✓ Programa Plano de Ações Articuladas - PAR
- ✓ Programa Pro-infância
- ✓ Promoção da Alfabetização na Idade Certa
- ✓ Realização da Mostra Jucaense de Talentos Estudantil
- ✓ Reforma e Ampliação das Escolas Infantil (Creches e Pré-Escolas)
- ✓ Transporte Escolar dos Alunos do Ensino Médio
- ✓ Implantação de Energia Solar
- ✓ Promover a Segurança Escolar

FUNDEB

- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Centro de Educação Infantil - Fundeb 30%
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Escolas do Ensino Fundamental - Fundeb 30%
- ✓ Coordenação e Manutenção da Rede de Ensino Fundamental - Fundeb 30%
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Creches - Fundeb 30%
- ✓ Manutenção do Ensino de Educação Especial - Fundeb 30%
- ✓ Manutenção do Ensino de Jovens e Adultos - Fundeb 30%
- ✓ Manutenção do Transporte Escolar - Fundeb 30%
- ✓ Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil Pré-Escola - Fundeb 30%
- ✓ Remuneração dos Prof. da Educação Básica - Edu. Infantil Pré Escola - Fundeb 70%
- ✓ Remuneração dos Prof. da Educação Básica - Educ. Infantil Creches - Fundeb 70%
- ✓ Remuneração dos Prof. da Educação Básica - Ens. Fundamental - Fundeb - 70%
- ✓ Remuneração dos Profissionais da Educação de Jovens e Adultos - Fundeb 70%
- ✓ Remuneração dos Profissionais da Educação Especial - Fundeb 70%



SEC. MUNIC. INFRAESTRUTURA E OBRAS URBANAS

- ✓ Ampliação de Redes de Eletrificação Urbana e Rural
- ✓ Ampliação, Reforma e Adequação de Prédios Públicos
- ✓ Ampliar e Melhorar Os Acessos a Sede do Município
- ✓ Aquisição de Desapropriação de Imóveis de Interesse Público
- ✓ Const., Ref. e Ampl. de Praças, Parq., Jardins, Brinqued. e Academias Ar Livre
- ✓ Construção de Kit'S Sanitários
- ✓ Construção de Pontos de Embarque e Desembarque
- ✓ Construção e Ampliação de Pavimentação de Vias e Logradouros Públicos
- ✓ Construção e Ampliação do Sistema de Abastecimento D`Água
- ✓ Construção, Ampliação e Conservação de Praças e Avenidas
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Cemitérios
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Pontes, Passagens Molhadas e Bueiros
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma do Sist. do Saneamento Básico
- ✓ Construção, Reforma e/ou Ampliação de Estradas Vicinais
- ✓ Gestão e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras Urbanas
- ✓ Gestão e Manutenção do Programa de Municipalização de Trânsito
- ✓ Implantação de Fontes de Energia Renováveis
- ✓ Manut. e Amp. dos Serv. de Iluminação de Vias e Logradouros Públicos
- ✓ Manutenção de Vias e Logradouros Públicos
- ✓ Manutenção dos Sistemas de Transportes
- ✓ Manutenção e Conservação de Limpeza e Coleta Sistemática de Lixo
- ✓ Manutenção e Conservação dos Cemitérios
- ✓ Melhoria, Manutenção e Conservação de Rodovias Estradas Vicinais
- ✓ Pavimentação Asfáltica de Vias Públicas do Município
- ✓ Perfuração de Poços Artesianos
- ✓ Preservação e Reflorestamento da Serra de São Mateus e Paisagismo do Município
- ✓ Promover a Acessibilidade no Município aos Portadores de Mobilidade Reduzida
- ✓ Elaboração e Implantação do Plano Diretor



FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DE INTERSSE SOCIAL-FMHIS

- ✓ Construção e Melhoria de Unidades Habitacionais Rurais
- ✓ Construção e Melhoria de Unidades Habitacionais Urbanas
- ✓ Elaboração e Implantação do Plano Diretor
- ✓ Execução de Projetos e Programas Habitacionais

SEC. DE DESENV. AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE

- ✓ Ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA
- ✓ Ampliação e Manutenção da Feira da Agricultura Familiar
- ✓ Ampliação e Manutenção do Prog. de Engenharia Rural (Per) do Município de Jucás
- ✓ Ampliação e Manutenção do Programa Agente de Desenvolvimento Rural - ADR
- ✓ Ampliação e Manutenção do Serviço de Inspeção Municipal (Sim)
- ✓ Aquisição de Equipamentos para Assistência e Extensão Rural
- ✓ Aquisição e Manutenção de Máquinas e Implementos Agrícolas
- ✓ Aquisição e Manutenção de Veículos para Fiscalização e Licenciamento Ambiental
- ✓ Aquisição e Manutenção de Veículos para o Programa de Assistência Técnica
- ✓ Apoio ao Pequeno Agricultor e Pecuarista
- ✓ Constr, Reforma e/ou Ampli. de Açudes ,Poços, Barragens, Barreiros e Cisternas
- ✓ Construção do Centro de Acolhimento de Animais Domésticos
- ✓ Construção e Manut. da Sede da Secret. Municipal do Desen. Agrário e Meio Amb
- ✓ Construção e Manutenção da Usina de Beneficiamento de Leite de Jucás
- ✓ Construção e Manutenção da Rede de Abastecimento (Mercados, Feiras, Matadouros)
- ✓ Construção e Manutenção do Parque de Exposição de Jucás
- ✓ Construção e Manutenção do Matadouro Público de Jucás
- ✓ Criação e Manutenção da Brigada Civil de Combate a Incêndio
- ✓ Criação e Manutenção da Exposição Agropecuária de Jucás
- ✓ Criação e Manutenção de Parques Municipais Ecológicos
- ✓ Criação e Manutenção do Centro de Melhoramento Genético de Jucás
- ✓ Criação e Manutenção do Programa de Energias Renováveis na Agropecuária
- ✓ Gestão e Manut. da Secretaria Municipal de Desen. Agrário e Meio Ambiente
- ✓ Melhoramento Genético e Apoio às Atividades de Gado Leiteiro, Caprinos e Ovinos



- ✓ Impl. e Manut. do Plano de Capacitação Agropecuário e Agroindustrial de Jucás
- ✓ Implantação de Programa de Apoio a Agricultura Irrigada
- ✓ Implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana
- ✓ Implantação do Prog. de Apoio a Atividade de Caprinocultura Leiteira de Jucás
- ✓ Implantação e Assistência a Projetos de Apoio e Defesa Animal
- ✓ Implantação e Manutenção do Prog. de Melhoramento Genético de Caprinos de Leite
- ✓ Manut. do Consór. Públi. de Geren. de Resíd. Sólidos do Alto Jaguaribe - CORRAJ
- ✓ Manut. do Plano Regional de Gestão Integr. de Resíd. Sólidos de Jucás - PRGIRS
- ✓ Manut. do Sistema Municipal de Meio Ambiente (Fmma / Comdema / Licenci. Amb)
- ✓ Manutenção de Prog. de Assistê. Técnica e Extensão Rural a Produ. Agropecuários
- ✓ Manutenção do Conselho Municipal de Defesa Civil (Comdec)
- ✓ Manutenção do Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável (CMDS)
- ✓ Manutenção do Programa de Apoio a Atividade de Ovinocapricultura de Jucás
- ✓ Manutenção do Programa de Melhoramento Genético de Gado Leiteiro
- ✓ Manutenção de Exposições e Feiras de Alcance Regional, Vinculadas a Agropecuária
- ✓ Manutenção do Programa Garantia Safra
- ✓ Manutenção do Programa Jucás Recicla
- ✓ Manutenção do Programa Municipal de Educação Ambiental
- ✓ Manutenção e Atividades de Defesa Civil
- ✓ Programa de Aração, Gradagem, Plantio e Colheita Em Terras Agricultáveis
- ✓ Construção, ampliação e reforma do abrigo de animais domésticos
- ✓ Manutenção e funcionamento do abrigo de animais domésticos

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

- ✓ Criação de 03 (Três) Parques Ecológicos
- ✓ Fortaleci. do Projeto "Jucás Recicla" Através de Reciclagem e Coleta Seletiva
- ✓ Gestão e Manut. do Fundo Mun. do Meio Ambiente
- ✓ Implantação, Gestão e Manutenção de Parques Municipais
- ✓ Manut. do Consórcio Interm. de Gest. Integ. de Resíduos Sólidos do Alto Jagua.
- ✓ Programa de Educação Ambiental
- ✓ Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Meio Ambiente

SECRETARIA MUNIC.DE CULTURA E TURISMO

- ✓ Ações da Banda Municipal Pe. Pio e Escola de Música para Todo o Município



- ✓ Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato e Turismo do Município
- ✓ Apoio e Manut. das Ativid. de Arte, Cultura e Turismo
- ✓ Aquis. de Mobiliário e Equip. p/ Museu Histórico, Cineteatro e Centro de Eventos
- ✓ Aquisição de Equipamentos e Acervo para Biblioteca Ormecinda Correia Leite
- ✓ Aquisição de Instrumentos para Banda de Música Padre Pio
- ✓ Construção do Centro de Eventos com Área Coberta
- ✓ Construção do Parque de Eventos
- ✓ Construção do Santuário de Nossa Senhora do Carmo
- ✓ Criar o Calendário Anual Cultural - Marchas Carnav., Jucás Junino, etc.
- ✓ Decoração das Principais Vias Púb. da Sede do Mun. Por Acoção das Festividades
- ✓ Divulgação da Cultura e Turismo Local
- ✓ Elaborar o Plano Municipal de Cultura
- ✓ Fomentar Ações de Fortalecimento da "Cultura do Campo"
- ✓ Fortalecimento da Parceria com Rádios Comunitárias
- ✓ Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Políticas Culturais (CMPC E COMTUR)
- ✓ Gestão e Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo
- ✓ Manut. da Banda de Música Padre Pio, Museu, Cen. de Even. e Sant. N. Sra. Carmo
- ✓ Manutenção da Biblioteca Pública
- ✓ Promoção do Turismo Religioso
- ✓ Realização de Conferências Municipais, Fóruns e Assembleias da Cultura
- ✓ Refor. do Prédio da Antiga Usina de Benefi. de Algodão para o Museu Municipal
- ✓ Revitalização de Preservação do Patrimônio Histórico: Casa de Música etc.
- ✓ Promoção e Apoio ao Desenvolvimento da Cultura
- ✓ Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Turismo

SEC.MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

- ✓ Apoio ao Esporte Amador
- ✓ Construção de Campos de Futebol
- ✓ Construção de Estádio de Futebol
- ✓ Construção de Quadras Poliesportivas
- ✓ Construção, Ampliação e Reforma de Equipamentos Esportivos
- ✓ Desenvolvimento e Expansão do Esporte



- ✓ Gestão e Manutenção da Secretaria de Esporte e Juventude
- ✓ Manutenção dos Projetos, Equipamentos e Estruturas Vinculados a Sejuv
- ✓ Participação de Eventos Esportivos Realizados por Outras Instituições
- ✓ Projetos Sociais para a Pessoa Idosa
- ✓ Projetos Sociais para a Juventude
- ✓ Realização das Olimpíadas Escolares
- ✓ Realização de Campeonatos Municipais e Regionais
- ✓ Realização de Convênio com Instituição Esportiva, Social, Educacional e Cultural
- ✓ Realização de Eventos e Projetos Socioeducativos, Esportivo, Lazer e Social
- ✓ Realização de Eventos Socioeducativos, Esportivos, Lazer e Sociais
- ✓ Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Desporto
- ✓ Aquisição de veículo para transporte de atletas em suas diversas modalidades

SEC. MUNIC. DESENV. ASSOC. COMUNITÁRIAS

- ✓ Gestão e Manutenção da Sec. Municipal de Desenv. das Assoc. Comunitárias
- ✓ Realização de Oficinas, Cursos e Palestras

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- ✓ Gestão e Manutenção da Procuradoria Municipal

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE

- ✓ Construção, Ampliação e Recuperação da Rede de Abastecimento D'Água
- ✓ Contribuições do PASEP – SAAE
- ✓ Gestão e Manutenção do SAAE
- ✓ Manutenção e recuperação do sistema de esgoto

JOSÉ EDSONRIVA SOUZA CUNHA
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ

L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE I

Anexos de Riscos Fiscais

Ano de Referência: 2024

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de Riscos fiscais e Providências

2024

ARF (LRF, Art. 4º, §3º)

(R\$)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos Contingentes	250.000,00		250.000,00
Demandas Judiciais	150.000,00	Anulação da Reserva de Contingência	250.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	0,00		
Assistência Diversas	50.000,00		
Outras Passivos Contingentes	50.000,00		
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demais Riscos Fiscais Passivos	450.000,00		450.000,00
Frustração de Arrecadação	200.000,00	Limitação de Dotações Orçamentárias	450.000,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		
Discrepância de Projetos	0,00		
Outros Riscos Fiscais	250.000,00		
TOTAL	700.000,00		700.000,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

NOTA:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, Calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alinea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ

L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias

PARTE II

Anexos de Metas Fiscais

Ano de Referência: 2024

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I Metas Anuais - 2024

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)									(R\$)			
ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100
Receita Total	139.410.000,00	134.022.303,40	0,059	109,893	160.740.000,00	148.870.881,88	0,064	119,198	184.898.000,00	165.023.651,98	0,069	129,010
Receitas Primárias (I)	148.889.000,00	143.134.974,04	0,063	117,365	171.670.000,00	158.993.805,47	0,069	127,303	197.472.000,00	176.246.095,70	0,074	137,784
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.166.000,00	5.927.706,21	0,003	4,860	7.110.000,00	6.584.994,22	0,003	5,272	8.179.000,00	7.299.854,24	0,003	5,707
Transferências Correntes	132.758.000,00	127.627.379,35	0,056	104,650	153.070.000,00	141.767.238,33	0,061	113,510	176.076.000,00	157.149.912,63	0,070	122,855
Demais Receitas Primárias Correntes	3.565.000,00	3.427.225,53	0,002	2,810	4.111.000,00	3.807.441,80	0,002	3,049	4.729.000,00	4.220.688,43	0,002	3,300
Receitas Primárias de Capital	6.400.000,00	6.152.662,95	0,003	5,045	7.379.000,00	6.834.131,13	0,003	5,472	8.488.000,00	7.575.640,40	0,003	5,922
Despesa Total	141.688.846,94	136.213.081,08	0,060	111,690	162.929.392,71	150.898.608,79	0,065	120,821	187.142.164,99	167.026.595,77	0,075	130,576
Despesas Primárias (II)	136.708.000,00	131.424.726,01	0,058	107,763	157.625.000,00	145.985.894,96	0,063	116,888	181.316.000,00	161.826.674,61	0,072	126,511
Despesas Primárias Correntes	120.747.000,00	116.080.561,43	0,051	95,182	139.222.000,00	128.941.781,24	0,056	103,241	160.147.000,00	142.933.091,72	0,064	111,741
Pessoal e Encargos Sociais	52.678.000,00	50.642.184,20	0,022	41,525	60.738.000,00	56.253.077,17	0,024	45,041	69.867.000,00	62.357.123,89	0,028	48,749
Outras Despesas Correntes	68.069.000,00	65.438.377,24	0,029	53,657	78.484.000,00	72.688.704,08	0,031	58,200	90.280.000,00	80.575.967,83	0,036	62,992
Despesas Primárias de Capital	18.996.000,00	18.261.872,72	0,008	14,974	21.902.000,00	20.284.745,89	0,009	16,242	25.194.000,00	22.485.943,00	0,010	17,579
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	1.945.846,94	1.870.646,93	0,001	1,534	1.805.392,71	1.672.081,65	0,001	1,339	1.801.164,99	1.607.561,06	0,001	1,257
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	12.181.000,00	11.710.248,03	0,005	9,602	14.045.000,00	13.007.910,51	0,006	10,415	16.156.000,00	14.419.421,09	0,006	11,273
Dívida Pública Consolidada (DC)	24.059.535,64	23.129.720,86	0,010	18,966	20.560.535,64	19.042.335,90	0,008	15,247	16.535.535,64	14.758.161,14	0,006	11,537
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	26.531.375,01	25.506.032,50	0,011	20,914	22.851.079,44	11.284,48	0,009	16,945	18.707.047,92	9.233,49	0,007	13,053
Resultado Nominal (SEM RPPS)	2.919.919,62	2.807.075,20	0,001	2,302	3.680.295,57	3.408.540,79	0,001	2,729	4.144.031,52	3.698.597,15	0,002	2,891

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,90	2,50	2,51
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,00	9,00	8,75
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,30	5,30	5,35
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,02	3,80	3,77
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	235.547.456.760,71	250.610.716.620,56	266.586.215.027,14
Receita Corrente Líquida - RCL	126.859.476,13	134.851.623,12	143.320.305,05

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação
1,0402	1,0797	1,1204

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2024

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2022 (a)	% PIB	% RCL	II - Metas Realizadas 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II - I)	
							Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	104.149.960,88	0,050	82,099	103.860.478,60	0,054	81,870	-289.482,28	-0,28
Receitas Primárias (I)	102.872.480,11	0,050	81,092	102.872.480,11	0,053	81,092	0,00	0,00
Despesa Total	107.003.074,13	0,052	84,348	103.370.186,34	0,054	81,484	-3.632.887,79	-3,40
Despesas Primárias (II)	103.370.186,34	0,050	81,484	103.370.186,34	0,054	81,484	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-497.706,23	0,000	-0,392	-497.706,23	0,000	-0,392	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada (DC)	29.536.535,64	0,014	23,283	29.536.535,64	0,015	23,283	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	31.833.515,81	0,015	25,094	31.833.515,81	0,017	25,094	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-2.120.264,21	-0,001	-1,671	-2.120.264,21	-0,001	-1,671	0,00	0,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$
Previsão do PIB Estadual para 2022	207.087.260.629,57
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	192.306.851.000,00
Projeção da Receita Corrente Líquida - RCL	126.859.476,13

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2024

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	79.795.505,82	103.860.478,60	30,2	112.183.750,00	8,0	139.410.000,00	24,3	160.740.000,00	15,3	184.898.000,00	15,0
Receitas Primárias (I)	79.293.576,63	102.872.480,11	29,7	106.546.750,00	3,6	148.889.000,00	39,7	171.670.000,00	15,3	197.472.000,00	15,0
Despesa Total	85.051.925,03	106.719.274,03	25,5	112.450.750,00	5,4	141.688.846,94	26,0	162.929.392,71	15,0	187.142.164,99	14,9
Despesas Primárias (II)	81.373.168,65	103.370.186,34	27,0	110.163.750,00	6,6	136.708.000,00	24,1	157.625.000,00	15,3	181.316.000,00	15,0
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-2.079.592,02	-497.706,23	-76,1	-3.617.000,00	626,7	12.181.000,00	-436,8	14.045.000,00	15,3	16.156.000,00	15,0
Dívida Pública Consolidada (DC)	32.485.397,94	29.536.535,64	-9,1	27.094.535,64	-8,3	24.059.535,64	-11,2	20.560.535,64	-14,5	16.535.535,64	-19,6
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	29.713.251,60	31.833.515,81	7,1	29.451.294,62	-7,5	26.531.375,01	-9,9	22.851.079,44	-13,9	18.707.047,92	-18,1
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.373.200,04	-2.120.264,21	54,4	2.382.221,19	-212,4	2.919.919,62	22,6	3.680.295,57	26,0	4.144.031,52	12,6

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	89.396.189,88	109.988.246,84	23,0	112.183.750,00	2,0	134.022.303,40	19,5	148.870.881,88	11,1	165.023.651,98	10,9
Receitas Primárias (I)	88.833.870,53	108.941.956,44	22,6	106.546.750,00	-2,2	143.134.974,04	34,3	158.993.805,47	11,1	176.246.095,70	10,9
Despesa Total	95.285.040,95	113.015.711,20	18,6	112.450.750,00	-0,5	136.213.081,08	21,1	150.898.608,79	10,8	167.026.595,77	10,7
Despesas Primárias (II)	91.163.670,95	109.469.027,33	20,1	110.163.750,00	0,6	131.424.726,01	19,3	145.985.894,96	11,1	161.826.674,61	10,9
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	-2.329.800,42	-527.070,90	-77,4	-3.617.000,00	586,2	11.710.248,03	-423,8	13.007.910,51	11,1	14.419.421,09	10,9
Dívida Pública Consolidada (DC)	36.393.914,33	31.279.191,24	-14,1	27.094.535,64	-13,4	23.129.720,86	-14,6	19.042.335,90	-17,7	14.758.161,14	-22,5
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	33.288.234,15	33.711.693,24	1,3	29.451.294,62	-12,6	25.506.032,50	-13,4	21.163.744,85	-17,0	16.696.261,53	-21,1
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-1.538.418,11	-2.245.359,80	46,0	2.382.221,19	-206,1	2.807.075,20	17,8	3.408.540,79	21,4	3.698.597,15	8,5

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças
Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024	2025	2026
10,06	5,79	5,90	4,02	3,80	3,77
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor x Índice	Valor x Índice	Valor x Índice	Valor / Índice	Valor / Índice	Valor / Índice
1,1203	1,0590	1,000	1,0402	1,0797	1,1204

* inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2024

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	33.534.635,95	100,00	20.340.584,66	100,00	21.447.296,67	100,00
TOTAL	33.534.635,95	100,00	20.340.584,66	100,00	21.447.296,67	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2024

AMF - Demonstrativo V (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2022	(a)	2021	(b)	2020	(c)
RECEITA DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis		0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Imóveis		0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Intangíveis		0,00		0,00		0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00		0,00		0,00

DESPESAS EXECUTADAS	2022	(d)	2021	(e)	2020	(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00		0,00		0,00
DESPESAS DE CAPITAL		0,00		0,00		0,00
Investimentos		0,00		0,00		0,00
Inversões Financeiras		0,00		0,00		0,00
Amortização da Dívida		0,00		0,00		0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS		0,00		0,00		0,00
Regime Geral de Previdência Social		0,00		0,00		0,00
Regimes Próprios de Previdência dos Servidores		0,00		0,00		0,00

SALDO FINANCEIRO	2022	2021	2020
	(g) = ((Ia-IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib-IIe) + IIIi)	(I) = (Ic - Iif)
Valor (III)	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PLANO PREVIDENCIÁRIO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS(FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões Por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

RESULTADO PREV. - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)²	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPIT. DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte e Periodicidade de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalente de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
Benefícios	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO PREV. - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)²	0,00	0,00	0,00
--	-------------	-------------	-------------

APORTES DE REC. PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2020	2021	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)²	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

BENS E DIREITOS DO RPPS (ADMINISTRAÇÃO DO RPPS)	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	2020	2021	2022
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO)	2020	2021	2022
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00

RESULT. DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOIRO (XIX) = (XVII - XVIII)²	0,00	0,00	0,00
--	-------------	-------------	-------------

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

1) Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2) O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás
 ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00
2097	0,00	0,00	0,00	0,00
2098	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Jucás
 ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2024

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

2024

AMF -Demonstrativo VII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA	IPTU/DÍVIDA ATIVA/TAXAS	CONTRIBUINTE	20.000,00	18.000,00	15.000,00	AUMENTO DA ARRECADAÇÃO JÁ PREVISTO NA LOA
TOTAL			20.000,00	18.000,00	15.000,00	

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2024

AMF - Demonstrativo VIII (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	24.775.250,00
(-) Transferências Constitucionais	18.791.950,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.983.300,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	5.983.300,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	5.983.300,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

As despesas de caráter obrigatório referido na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás
ESTADO DO CEARÁ

L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Demonstrativos de Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Fiscais

Ano de Referência: 2024

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	77.423.421,93	95.928.166,71	102.083.750,00	126.859.000,00	146.268.000,00	168.252.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.022.164,61	4.416.315,91	4.962.000,00	6.166.000,00	7.109.000,00	8.178.000,00
IPTU	150.312,33	177.983,78	200.000,00	249.000,00	287.000,00	330.000,00
IRRF	2.387.520,68	2.260.473,03	2.600.000,00	3.231.000,00	3.725.000,00	4.285.000,00
ISS	788.987,68	1.375.034,55	1.250.000,00	1.553.000,00	1.791.000,00	2.060.000,00
ITBI	58.015,05	45.547,84	36.000,00	45.000,00	52.000,00	60.000,00
Multas e Juros de Mora dos Tributos	10.507,16	9.327,84	31.000,00	39.000,00	45.000,00	52.000,00
Rec. Da Dívida Ativa Tributária - IPTU	202.739,40	131.783,31	170.000,00	211.000,00	243.000,00	280.000,00
Rec. Da Dívida Ativa Tributária - ISS	4.990,09	1.360,22	10.000,00	12.000,00	14.000,00	16.000,00
Outras	419.092,22	414.805,34	665.000,00	826.000,00	952.000,00	1.095.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	793.294,28	1.017.017,69	1.200.000,00	1.491.000,00	1.719.000,00	1.977.000,00
Contr. Prev. Servidor Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr. Servidor Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contr. Iluminação Pública - CIP	793.294,28	1.017.017,69	1.200.000,00	1.491.000,00	1.719.000,00	1.977.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	278.329,80	902.313,28	601.000,00	747.000,00	861.000,00	991.000,00
Aplicações Financeiras	240.020,28	857.755,65	509.000,00	633.000,00	730.000,00	840.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	38.309,52	44.557,63	92.000,00	114.000,00	131.000,00	151.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.219.978,08	2.606.646,76	2.691.000,00	3.344.000,00	3.856.000,00	4.436.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	77.755.782,68	95.753.622,39	101.880.750,00	126.607.000,00	145.978.000,00	167.918.000,00
FPM	29.416.823,97	36.996.194,72	39.000.000,00	48.465.000,00	55.880.000,00	64.279.000,00
SUS	10.218.630,14	9.617.650,37	10.091.350,00	12.541.000,00	14.460.000,00	16.633.000,00
FNAS	656.169,22	752.242,60	818.600,00	1.017.000,00	1.173.000,00	1.349.000,00
FNDE	1.741.709,81	2.066.465,35	2.082.800,00	2.588.000,00	2.984.000,00	3.432.000,00
ICMS	7.117.268,07	9.637.097,65	9.900.000,00	12.303.000,00	14.185.000,00	16.317.000,00
IPVA	727.311,66	906.306,79	1.000.000,00	1.243.000,00	1.433.000,00	1.648.000,00

Continuação...

Continuação...

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
IPI	31.038,58	28.863,60	40.000,00	50.000,00	58.000,00	67.000,00
FUNDEB	26.212.238,28	32.674.365,37	36.100.000,00	44.861.000,00	51.725.000,00	59.499.000,00
Transf. De Convênios - Estados	618.577,60	954.599,12	685.000,00	851.000,00	981.000,00	1.128.000,00
Transf. De Convênios - União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	1.016.015,35	2.119.836,82	2.163.000,00	8.839.000,00	10.191.000,00	11.723.000,00
Dedução FUNDEB	-7.011.120,71	-8.892.701,93	-9.429.000,00	-11.717.000,00	-13.510.000,00	-15.541.000,00
Outras Deduções de Receitas	-896.915,72	-5.290,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	261.908,91	130.242,84	178.000,00	221.000,00	255.000,00	293.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	2.372.083,89	7.932.311,89	10.100.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	4.950.000,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	211.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. de Capital	2.160.983,89	7.932.311,89	5.150.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
SUB-TOTAL	79.795.505,82	103.860.478,60	112.183.750,00	133.259.000,00	153.647.000,00	176.740.000,00
Receitas Intra-Orçamentárias	354.455,34	289.482,28	366.250,00	455.000,00	525.000,00	604.000,00
TOTAL GERAL	80.149.961,16	104.149.960,88	112.550.000,00	133.714.000,00	154.172.000,00	177.344.000,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II - Despesas

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE DE DESPESAS	NATUREZA	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
		2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)		75.966.394,90	90.710.181,63	92.159.000,00	114.525.000,00	132.047.000,00	151.893.000,00
Pessoal e Encargos Sociais		43.628.905,94	40.282.197,70	42.389.950,00	52.678.000,00	60.738.000,00	69.867.000,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes		32.337.488,96	50.427.983,93	49.769.050,00	61.847.000,00	71.309.000,00	82.026.000,00
DESPESA DE CAPITAL (II)		9.401.206,27	16.292.892,50	20.236.000,00	18.996.000,00	21.902.000,00	25.194.000,00
Investimentos		5.662.449,89	12.937.804,81	17.764.000,00	15.924.000,00	18.360.000,00	21.120.000,00
Inversões Financeiras		60.000,00	6.000,00	30.000,00	37.000,00	43.000,00	49.000,00
Amortização da Dívida		3.678.756,38	3.349.087,69	2.442.000,00	3.035.000,00	3.499.000,00	4.025.000,00
SUB TOTAL DA DESPESA		85.367.601,17	107.003.074,13	112.395.000,00	133.521.000,00	153.949.000,00	177.087.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)		0,00	0,00	155.000,00	193.000,00	223.000,00	257.000,00
Total Das Despesas		85.367.601,17	107.003.074,13	112.550.000,00	133.714.000,00	154.172.000,00	177.344.000,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal

.

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	77.423.421,93	95.928.166,71	102.083.750,00	133.010.000,00	153.361.000,00	176.410.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.022.164,61	4.416.315,91	4.962.000,00	6.166.000,00	7.110.000,00	8.179.000,00
IPTU	150.312,33	177.983,78	200.000,00	249.000,00	287.000,00	330.000,00
ISS	788.987,68	1.375.034,55	1.250.000,00	1.553.000,00	1.791.000,00	2.060.000,00
ITBI	58.015,05	45.547,84	35.000,00	43.000,00	50.000,00	58.000,00
IRRF	2.387.520,68	2.260.473,03	2.600.000,00	3.231.000,00	3.725.000,00	4.285.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	637.328,87	557.276,71	877.000,00	1.090.000,00	1.257.000,00	1.446.000,00
Contribuições	793.294,28	1.017.017,69	1.200.000,00	1.491.000,00	1.719.000,00	1.977.000,00
Receita Patrimonial	278.329,80	902.313,28	601.000,00	747.000,00	861.000,00	990.000,00
Aplicações Financeiras (II)	240.020,28	857.755,65	509.000,00	633.000,00	730.000,00	840.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	38.309,52	44.557,63	92.000,00	114.000,00	131.000,00	151.000,00
Transferências Correntes	77.755.782,68	95.753.622,39	101.880.750,00	132.758.000,00	153.070.000,00	176.076.000,00
Cota-Parte do FPM	29.416.823,97	36.996.194,72	39.000.000,00	48.465.000,00	55.880.000,00	64.279.000,00
Cota-Parte do ICMS	7.117.268,07	9.637.097,65	9.900.000,00	12.303.000,00	14.185.000,00	16.317.000,00
Cota-Parte do IPVA	727.311,66	906.306,79	1.000.000,00	1.243.000,00	1.433.000,00	1.648.000,00
Cota-Parte do ITR	6.335,89	7.119,32	5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	26.212.238,28	32.674.365,37	36.100.000,00	44.861.000,00	51.725.000,00	59.499.000,00
Outras Transferências Correntes	14.275.804,81	15.532.538,54	15.875.750,00	25.880.000,00	29.840.000,00	34.325.000,00
Dedução FUNDEB	-7.011.120,71	-8.892.701,93	-9.429.000,00	-11.717.000,00	-13.510.000,00	-15.541.000,00
Outras Deduções de Receitas	-896.915,72	-5.290,23	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	2.481.886,99	2.736.889,60	2.869.000,00	3.565.000,00	4.111.000,00	4.729.000,00
Outras Receitas Financeiras (III)	261.908,91	130.242,84	178.000,00	221.000,00	255.000,00	293.000,00
Receitas Correntes Restantes	2.219.978,08	2.606.646,76	2.691.000,00	3.344.000,00	3.856.000,00	4.436.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	76.921.492,74	94.940.168,22	101.396.750,00	132.156.000,00	152.376.000,00	175.277.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	2.372.083,89	7.932.311,89	10.100.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00	4.950.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	211.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	211.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	2.160.983,89	7.932.311,89	5.150.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	2.160.983,89	7.932.311,89	5.150.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	2.372.083,89	7.932.311,89	5.150.000,00	6.400.000,00	7.379.000,00	8.488.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	79.293.576,63	102.872.480,11	106.546.750,00	138.556.000,00	159.755.000,00	183.765.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	79.293.576,63	102.872.480,11	106.546.750,00	138.556.000,00	159.755.000,00	183.765.000,00

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
III - Resultado Primário
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

DESPESA PRIMÁRIAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	75.650.718,76	90.426.381,53	92.214.750,00	120.747.000,00	139.222.000,00	160.147.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	43.628.905,94	40.282.197,70	42.389.950,00	52.678.000,00	60.738.000,00	69.867.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	32.021.812,82	50.144.183,83	49.824.800,00	68.069.000,00	78.484.000,00	90.280.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	75.650.718,76	90.426.381,53	92.214.750,00	120.747.000,00	139.222.000,00	160.147.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	9.401.206,27	16.292.892,50	20.236.000,00	18.996.000,00	21.902.000,00	25.194.000,00
Investimentos	5.662.449,89	12.937.804,81	17.764.000,00	15.924.000,00	18.360.000,00	21.120.000,00
Inversões Financeiras	60.000,00	6.000,00	30.000,00	37.000,00	43.000,00	49.000,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	3.678.756,38	3.349.087,69	2.442.000,00	3.035.000,00	3.499.000,00	4.025.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	5.722.449,89	12.943.804,81	17.794.000,00	15.961.000,00	18.403.000,00	21.169.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	155.000,00	193.000,00	223.000,00	257.000,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	81.373.168,65	103.370.186,34	110.163.750,00	136.901.000,00	157.848.000,00	181.573.000,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	81.373.168,65	103.370.186,34	110.163.750,00	136.901.000,00	157.848.000,00	181.573.000,00
RESULTADO PRIMARIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIIb + XXXIIc)]	- 2.079.592,02	- 497.706,23	- 3.617.000,00	1.655.000,00	1.907.000,00	2.192.000,00
RESULTADO PRIMARIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	- 2.079.592,02	- 497.706,23	- 3.617.000,00	1.655.000,00	1.907.000,00	2.192.000,00

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

NOTA:

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
IV - Resultado Nominal
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	(R\$)					
	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.485.397,94	29.536.535,64	27.094.535,64	24.059.535,64	20.560.535,64	16.535.535,64
DEDUÇÕES (II)	2.772.146,34	(2.296.980,17)	(2.356.758,98)	(2.471.839,37)	(2.290.543,80)	(2.171.512,28)
Disponibilidade de Caixa	2.772.146,34	(2.296.980,17)	(2.356.758,98)	5.807.055,91	5.865.126,47	5.923.777,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.259.168,58	6.434.410,98	6.112.690,43	5.807.055,91	5.865.126,47	5.923.777,73
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.487.022,24	6.548.252,26	6.351.804,69	6.161.250,55	6.038.025,54	5.977.645,29
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	2.183.138,89	2.117.644,72	2.117.644,72	2.117.644,72	2.117.644,72
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	29.713.251,60	31.833.515,81	29.451.294,62	26.531.375,01	22.851.079,44	18.707.047,92
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	29.713.251,60	31.833.515,81	29.451.294,62	26.531.375,01	22.851.079,44	18.707.047,92
RESULTADO NOMINAL	(a - b*)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	(1.373.200,04)	(2.120.264,21)	2.382.221,19	2.919.919,62	3.680.295,57	4.144.031,52

28.340.051,56

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício financeiro anterior ao exercício de 2021

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

Notas:

- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Jucás

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - Montante da Dívida Pública

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	32.485.397,94	29.536.535,64	27.094.535,64	24.059.535,64	20.560.535,64	16.535.535,64
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	32.485.397,94	29.536.535,64	27.094.535,64	24.059.535,64	20.560.535,64	16.535.535,64
DEDUÇÕES (II)	2.772.146,34	(2.296.980,17)	(2.356.758,98)	(2.471.839,37)	(2.290.543,80)	(2.171.512,28)
Ativo Disponível	7.259.168,58	6.434.410,98	6.112.690,43	5.807.055,91	5.865.126,47	5.923.777,73
Haveres Financeiros	0,00	0,00	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar	4.487.022,24	6.548.252,26	6.351.804,69	6.161.250,55	6.038.025,54	5.977.645,29
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	2.183.138,89	2.117.644,72	2.117.644,72	2.117.644,72	2.117.644,72
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	29.713.251,60	31.833.515,81	29.451.294,62	26.531.375,01	22.851.079,44	18.707.047,92

FONTE: Sistema ASPEC Contabilidade - Secretaria Finanças

O cálculo realizado para o exercício de 2023 foi projetado com base na variação percentual de 2022 em relação à variação do ano de 2021

Jucás -Ce, 19 de junho de 2023

José Edsonriva Souza Cunha

Prefeito Municipal